



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.20/2004 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2004

Aos vinte sete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----
Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia vinte seis de Outubro de 2004, que acusa um total de disponibilidades de 512.678,84 Euros.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, perguntando ao Sr. Presidente se está satisfeito com a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2005 no que diz respeito aos Municípios. Referiu que há já vários Municípios a contestarem e a Associação Nacional de Municípios Portugueses também já tomou uma posição sobre o assunto. Entretanto o Sr. Presidente informou que da ANMP apenas recebeu uma circular a

informar sobre esta questão e, também já pensou em tomar uma posição sobre a mesma.-----

Por sua vez o vereador Joaquim Serra sugeriu aos eleitos em maioria, que caso não estejam de acordo com as propostas que existem para os Municípios, que elaborem uma forma de protesto para que possa ser apreciado e votado na próxima reunião de Câmara. Todos os eleitos presentes concordaram com a sugestão apresentada.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação das Actas N.ºs.17/2004, 18/2004 e 19/2004-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Beneficiação de Caminhos de Acesso à UNOR 2 – Aprovação de Trabalhos de Substituição e Trabalhos a Mais-----

Ponto 2.4 – Beneficiação de Caminhos de Acesso à UNOR 2 – Reformulação da Candidatura-----

Ponto 2.5 – Acção Social Escolar:-----

a) Atribuição de Subsídios para Material Escolar e Alimentação-----

b) Funcionamento das Cantinas Escolares-----

Ponto 2.6 – Apresentação de Candidatura à CCDRA – “13ª Edição da Festa da Vinha e do Vinho – 2004”-----

Ponto 2.7 – Marcação de Hastas Públicas-----

Ponto 2.8 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DAS ACTAS N.º.S 17/2004, 18/2004 e 19/2004-----

Previamente distribuídas por todos os eleitos, foram aprovadas da seguinte forma as Actas n.º.s 17/2004, 18/2004 e 19/2004.-----

Acta n.º.17/2004 – Aprovada por unanimidade.-----

Acta n.º.18/2004 – Aprovada por unanimidade.-----

Acta n.º.19/2004 – Após a introdução de algumas correcções, foi a mesma aprovada por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, por parte do vereador Humberto Ratado por não ter participado na reunião.-----

PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS-----

a) Alteração à licença de operação de Loteamento -----

Requerente: **Borprojecto – Construções Ld^a**.-----

Local: Horta do Rossio – Borba-----

Objecto do requerimento: Pedido de alteração da licença de operação de loteamento-----

A alteração da licença de operação de loteamento consiste na alteração da utilização dos lotes n.º 17 e 18 de moradia unifamiliar para habitação e serviços, permitindo assim a constituição de serviços no rés-do-chão e habitação no 1º andar, o que não implica o aumento do n.º de fogos mas de unidades de ocupação do loteamento. Relativamente ao regulamento são alterados os pontos 1.3, 2.2, 2.4 e 4.1, e o n.º3 referente às prescrições construtivas sobre o qual se junta parecer do Gabinete de Obras Particulares.-----

A tabela anexa ao regulamento, assim como os índices de implantação e de construção não foram actualizados de acordo com uma rectificação ao Alvará de Loteamento, pelo que o requerente deverá proceder à sua correcção, de qualquer forma os valores que constam da planta de síntese e que dão origem ao Aditamento ao Alvará são os correctos.-----

A alteração proposta resume-se na tabela seguinte:-----

| n.º lote | Área do lote M ² | Área de implantação | Área de construção | Utilização | n.º de pisos |
|----------|-----------------------------|---------------------|--------------------|----------------------|--------------|
| 17 | 144.50 | 91.43 | 182.86 | Habitação – serviços | 2 |
| 18 | 140.18 | 90.56 | 181.12 | Habitação – serviços | 2 |

Relativamente à legislação aplicável, a alteração à licença cumpre o disposto no n.º 2 e 3 do artigo 27º do Decreto-lei n.º 555/99 alterado pelo Decreto-lei n.º 177/01 de 4 de Junho, ou seja não há lugar a discussão pública uma vez que estão cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, relativamente ao n.º3 da legislação informa-se que é apresentada autorização de 2/3 dos proprietários dos lotes.-----

Uma vez que estão cumpridos os requisitos da legislação em vigor, julga-se que a alteração à licença de operação de loteamento poderá merecer deferimento, condicionada às correcções atrás mencionadas e alteração do regulamento de acordo com o parecer do Gabinete de Obras Particulares que se transcreve:-----

“No que concerne à proposta de alteração do Loteamento supramencionado, nomeadamente aos aspectos construtivos e arquitectónicos da proposta, cumpre informar:-----

- tendo em conta a utilização prevista para os lotes 17 e 18, verifica-se que é justificável que as construções a edificar se formalizem de um modo distinto e mais contemporâneo. No entanto, e atendendo à memória descritiva e justificativa apresentada pelo autor do projecto de alterações, a solução adoptada prevê uma relação arquitectónica entre as edificações dos lotes em causa com a banda habitacional que se desenvolverá no loteamento.-----

Note-se que a relação estabelecida não prevê uma continuidade formal, mas ao nível de circuitos, volumetria, cércias, materiais e soluções aplicados que contribuirão para que as edificações em causa definam um remate claro na linguagem predominante;-----

- No que concerne ao enquadramento urbano, verifica-se que o loteamento em causa poderá apresentar uma linguagem mais contemporânea, sem prejudicar a integração na malha urbana e espaço envolventes, pois a localização num espaço ainda expectante e de transição entre o espaço urbano e rural permite uma amplitude maior na diversidade de propostas. Exemplo disto é um grupo de edificações no loteamento vizinho, que se apresentam com uma linguagem e soluções claramente modernas, ou pós-modernas;-----

- relativamente ao cumprimento do instrumento de planeamento na proposta, verifica-se que, com excepção da cobertura em “chapa termolacada de côr branca” ou revestimento exterior em “pedra mármore polido”, as prescrições construtivas correspondem ao disposto nos nº 5 e 6 do artº 5º do Regulamento do Plano de Urbanização da Vila de Borba.-----

Assim, no que concerne às prescrições construtivas e solução arquitectónica, propõe-se a aprovação da pretensão apresentada.-----

A proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com três votos a favor e dois votos contra. Votaram a favor os eleitos do PS. Votaram contra os eleitos da CDU que apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os eleitos da CDU votam contra a proposta apresentada por não terem sido apresentadas soluções para resolver nomeadamente: redução de dois lugares de estacionamento no interior dos lotes sem terem sido apresentadas soluções no exterior. Acresce que com a inclusão de 2 serviços e 2 habitações deverá ser maior o número de estacionamentos e não reduzido. Relativamente às infraestruturas nada é referido sobre a necessidade de alterações de rede de águas, esgotos, electricidade e terraplenagem sobre a necessidade ou não de reforço de caução e de alargamento do prazo para conclusão das infraestruturas.-----

Os eleitos do PS votaram favoravelmente tendo em conta o parecer técnico salientando, no entanto, que não podem daqui resultar encargos para a Câmara Municipal em termos de infraestruturas.-----

b) Pedido de Informação Prévia-----

Processo: **332/04div**-----

Requerente: **António João A. Lopes**-----

Local: Monte das Estaquinhas – Alcaraviça-----

Objecto do requerimento: Pedido de informação prévia para viabilidade de construção.-----

1. A pretensão que o requerente expõe, como proprietário, refere-se à possibilidade de construção num prédio misto, localizado no lugar da Alcaraviça.-----

2. A propriedade objecto da pretensão apresenta-se com um prédio rústico com área de 9 000 m² e urbano com superfície coberta de 35.70 m², encontrando-se classificado de acordo com o PDM, como Lugar Rural a Estruturar.-----

3. Assim, verifica-se como viável, neste momento, a possibilidade de edificação na parcela em causa, devendo ser cumpridas as especificações do PDM:-----

- “os projectos dos edificios deverão recorrer a soluções arquitectónicas e estéticas harmoniosas, incluindo os materiais, texturas e cores a aplicar no exterior dos mesmos e adequadas a uma correcta integração no meio ambiente em que se vão inserir, compatibilizando os valores de ordem cultural e tradicional” – nº 2 do artº 29º;-----
- “os anexos não habitacionais, não poderão ocupar uma área superior a 5% da área total da parcela ou propriedade, não podendo essa área ultrapassar os 35 m² e o seu pé-direito livre nunca será superior a 2,5 m, em caso algum os anexos poderão ser utilizados para fins habitacionais” – nº 3 do artº 29º;-----
- “o índice máximo de construção a aplicar nas parcelas é 0,35” – nº 1 do artº 31º;-----
- “a área máxima de pavimentos a edificar em cada parcela não poderá exceder os 250.00 m²” – nº 2 do artº 31º;-----
- “as construções não poderão exceder os 2 pisos ou 6.5 m acima da cota natural do terreno” – nº 3 do artº 31º.-----

4. No que concerne a restantes especificidades regulamentares a que uma futura construção possa estar sujeita, dever-se-á ter em conta:-----

- os alinhamentos na implantação da construção devem ter em conta as habitações vizinhas e as características urbanísticas da área onde se insere;-----
- o disposto no RGEU deverá ser tido em conta na realização de um projecto, e mais especialmente no que concerne a afastamentos a construções vizinhas;-----
- deverá ser o requerente a responsabilizar-se pela extensão de rede pública de esgotos domésticos, pluviais e águas, caso ainda não existam estas infraestruturas no local;-----

- a habitação deverá apresentar-se com 6 m de afastamento ao eixo do Caminho Municipal, por forma a cumprir o disposto no Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais – Lei nº 2110, de 19 de Agosto de 1961 (artº 58º - nº 1).-----

5. No que concerne à possibilidade de utilização turística, pode o requerente optar por duas situações distintas, a saber:-----

- licenciamento de empreendimento turístico, de acordo com o DL 55/02, de 11 de Março, sendo que a Direcção Geral de Turismo se deverá pronunciar sobre a pretensão;-----

- licenciamento de empreendimentos de turismo no espaço rural, de acordo com o DL 54/02, de 11 de Março, sendo que deverão ser consultados a Direcção Regional do Ministério de Economia, a Direcção Geral de Desenvolvimento Rural e Região de Turismo Regional.-----

Relativamente ao licenciamento para estes dois tipos de utilização turística específicos, não se propôs consulta às referidas entidades no âmbito do pedido de informação prévia, pois a pretensão não se encontrava devidamente esclarecida, nomeadamente sobre o tipo de modalidade de hospedagem, as características construtivas pretendidas, bem como outro tipo de informação.-----

Atendendo ao exposto, foi deliberado, por unanimidade, deferir o pedido de viabilidade, com os condicionamentos expressos neste parecer.-----

PONTO 2.3 – BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS DE ACESSO À UNOR 2 – Aprovação de Trabalhos de Substituição e Trabalhos a Mais-----

Tendo havido necessidade de se efectuar alguns trabalhos que não estavam previstos em projecto, por forma a solucionar alguns problemas relacionados com o aumento da vida útil de alguns caminhos e com a geotecnia da região, houve necessidade de se recorrer à execução prévia de uma camada de enrocamento em todos os caminhos, variando a sua espessura ao longo dos mesmos sendo que, a camada com maior espessura foi executada no Caminho G. Neste mesmo caminho e devido à não autorização de um proprietário para a execução de passagens hidráulicas, foi necessário a execução de “colchão drenante”.-----

No que respeita ao aumento da vida útil dos caminhos, houve necessidade no Caminho F de se executar uma camada de 5cm de betuminoso, uma vez possuir grande pendente, facto este que origina o arrastamento do agregado britado de granulometria extensa.-----

Após uma análise da Conta Final da obra, conclui-se a existência de um saldo de 6.750,00 Euros, uma vez ter havido trabalhos que não foram necessários executar.-----

Face ao exposto, propõe-se que seja aprovada a proposta de substituição dos trabalhos em que há um saldo positivo no sentido de fazer face às despesas de 6.000,00 Euros, referentes à execução do “colchão drenante” e também a 750,00 Euros de trabalhos a mais, referentes à desmatção.-----

A proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com três votos a favor e dois votos contra. Votaram a favor os eleitos pelo PS. Votaram contra os eleitos pela CDU e apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os eleitos da CDU votam contra a proposta apresentada, uma vez que a obra em causa se encontra concluída, tendo sido os trabalhos a mais e substituição de trabalhos executados sem aprovação prévia por parte deste órgão. Pretende-se agora ratificação e não aprovação. Acresce que em momento algum foi apresentada alguma alteração ou reformulação ao projecto.-----

PONTO 2.4 – BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS DE ACESSO À UNOR 2 – Reformulação da Candidatura-----

A Câmara Municipal propõe reformular a candidatura da obra de Beneficiação dos Caminhos de acesso à UNOR 2, passando o valor global da mesma para 606.183,70 Euros, o que representa um acréscimo 71.250,00 Euros referentes a trabalhos a mais (13,32% do valor global).----

A razão técnica para a apresentação destes trabalhos em reunião de Câmara só ser feita neste momento, deve-se ao facto de na data em que se detectou o problema, ser fundamental a execução dos mesmos tendo em vista o cumprimento dos prazos de execução e a maximização dos recursos materiais e humanos afectos à obra. Salienta-se para o facto da necessidade destes trabalhos ter sido apresentada e constatada no local pela própria Engenheira Ana Prates, aquando duma vistoria à empreitada.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, com três votos a favor e dois votos contra. Votaram a favor os eleitos pelo PS. Votaram contra os eleitos pela CDU e apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os eleitos da CDU votam contra a proposta apresentada, uma vez que ela resulta do ponto 2.3 - Beneficiação de Caminhos de Acesso à UNOR 2 – Aprovação de Trabalhos de Substituição e Trabalhos a Mais, sobre a qual votaram contra.-----

PONTO 2.5 – ACCÇÃO SOCIAL ESCOLAR-----

a) Atribuição de Subsídios para Material Escolar e Alimentação-----

Após a reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia 13 de Outubro/04, propõe-se que seja aprovada a seguinte proposta de auxílios

económicos a conceder a alunos do Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, para o ano lectivo de 2004/2005, na modalidade de subsídios para aquisição de material escolar, no total de: **6.590,00 €**.-----

ESCALÃO A - captações compreendidas entre **0 e 200 €**, correspondendo um subsídio de **50,00 €**. -----

ESCALÃO B - captações compreendidas entre **200,01 € e 250 €**, correspondendo um subsídio de **40,00 €**. -----

No **escalão A** serão contemplados **123 alunos**, num total de **6.150,00 €**.-----

No **escalão B** serão contemplados **11 alunos**, num total de **440,00 €**.-----

SUBSÍDIOS PARA MATERIAL ESCOLAR

| ESCOLA | ALUNOS COM ESCALÃO A | ALUNOS COM ESCALÃO B | VALOR |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------|
| E.B. 1 DE BORBA | 81 | 6 | 4.290,00 € |
| E.B. 1 DE RIO DE MOINHOS | 20 | 2 | 1.080,00 € |
| E.B. 1 DE ORADA | 10 | 2 | 580,00 € |
| E.B. 1 DE BARRO BRANCO | 3 | 1 | 190,00 € |
| E.B. 1 DE NORA | 9 | ----- | 450,00 € |
| TOTAL | 123 | 11 | 6.590,00 € |

Este subsídio será pago a cada aluno, após a entrega de factura(s) que comprovem a aquisição dos livros e material escolar no valor do apoio atribuído.-----

SUBSÍDIOS DE ALIMENTAÇÃO

| ESCOLA | ALUNOS COM ESCALÃO A | ALUNOS COM ESCALÃO B |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| E.B. 1 DE BORBA | 81 | 6 |
| E.B. 1 DE RIO DE MOINHOS | 20 | 2 |
| TOTAL | 101 | 8 |

Este subsídio será pago a cada aluno, através da entrega de uma senha de almoço gratuita pelas funcionárias das Cantinas Escolares (Borba e Rio de Moinhos), aos alunos que foram contemplados com Escalão A, e os alunos que foram incluídos no Escalão B pagarão uma senha com 50% de desconto.-----

ENSINO PRÉ-ESCOLAR

SUBSÍDIOS DE ALIMENTAÇÃO

| ESCOLA | ALUNOS COM <u>ESCALÃO A</u> | ALUNOS COM <u>ESCALÃO B</u> |
|--------------------------|--|--|
| PRÉ-PRIMÁRIA DE BORBA | 20 | 2 |
| E.B. 1 DE RIO DE MOINHOS | 5 | 2 |
| TOTAL | 25 | 4 |

Este subsídio será pago a cada aluno, através da entrega de uma senha de almoço gratuita pelas funcionárias das Cantinas Escolares (Borba e Rio de Moinhos), aos alunos que foram contemplados com Escalão A, e os alunos que foram incluídos no Escalão B pagarão uma senha com 50% de desconto.-----

A proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

b) Funcionamento das Cantinas Escolares-----

Relativamente às refeições propõe-se:-----

Preço por refeição: 1,30 €.-----

Alunos do Escalão A: Grátis.-----

Alunos do Escalão B: 0,65 €.-----

Professores e funcionários: valor equivalente ao do subsídio de refeição atribuído à função pública.-----

Propõe-se ainda atribuir à Direcção das cantinas escolares senhas grátis, as quais deverão ser distribuídas diariamente a professores ou funcionários que colaborarem na organização e serviço das refeições dos alunos.-----

As senhas a atribuir são as seguintes:-----

Escola de Borba – 3 senhas.-----

Escola de Rio de Moinhos – 3 senhas.-----

A proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

**PONTO 2.6 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA À
CCDRA – “13ª Edição da Festa da Vinha e do Vinho – 2004”-**

A Câmara Municipal de Borba propõe apresentar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo, para efeitos de aprovação, no âmbito do PORA, a candidatura “13ª Edição da Festa da Vinha e do Vinho”, cujo valor é de 339.367,96 Euros.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PONTO 2.7 – MARCAÇÃO DE HASTAS PÚBLICAS-----

Venda de Lote de Terreno nº.78, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo.-----

Tendo em conta que não se vendeu o lote de terreno nº.78, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo, na hasta pública realizada dia 16 de Setembro de 2004, a Câmara Municipal, propõe marcar nova hasta pública para dia 11 de Novembro de 2004, pelas 10:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município.-----

Descrição e preço de Licitação-----

| Lote nº. | Área (m2) | Nº. de pisos | Utilização | Base de Licitação |
|-----------------|------------------|---------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| 78 | 415 | Até 2 | Pequenas Oficinas, artesanato | 22.500,00 € |

Não serão admitidos lances inferiores a 250 Euros.-----

As adjudicações serão de acordo com o regulamento em vigor e que os interessados poderão consultar ou solicitar na Câmara Municipal durante as horas de expediente das 09.00h às 12.30h e das 14.00 às 17.30h.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PONTO 2.8 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:-----

- ✓ No Conselho Municipal de Educação.-----
- ✓ Na FIMAL em Vila Viçosa-----
- ✓ No Conselho de Administração da EDC'Mármore-----
- ✓ Numa reunião no âmbito do Programa INTERREG III-A, relativamente ao Projecto de Cooperação Transfronteiriça “Pirate Já”.-----

- ✓ Numa reunião com os comerciantes sobre a questão do trânsito e da sinalização da Variante.-----
- ✓ Numa reunião em Portel, na qual participou também o Engº. Marques sobre uma situação que se prende com uma empresa que, neste momento, está a reclamar à Câmara Municipal de Borba 800 contos de juros de mora resultantes da DREA não ter libertado atempadamente garantias bancárias. Esta questão surgiu na sequência de uma reunião no Conselho Superior de Obras Públicas. O Sr. Presidente informou que, na próxima semana irá realizar-se uma reunião com todas as entidades envolvidas neste processo, ou seja, a DREA as Câmaras Municipais de Borba, Portel e Redondo, sendo esta última quem liderou o processo e, segundo opinião desta autarquia, esta responsabilidade não deve ser imputada às Câmaras Municipais mas sim à DREA. Acrescentou ainda o Sr. Presidente que, não está bem por dentro do assunto, no entanto, na próxima reunião vai aprofundar melhor esta questão.-----
- ✓ No Conselho Regional da CCDRA.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Continuação de todos os trabalhos de preparação para a Festa da Vinha e do Vinho.-----
- ✓ Informou que a Câmara Municipal de Borba, através da Revista Mais Alentejo, ganhou o 1º prémio de melhor cartaz publicitário relativamente ao Cartaz da Feira das Ervas Alimentares em Orada.-----
- ✓ Participou numa reunião na DREA com o Arqº Couto sobre a área do equipamento no âmbito dos projectos do PER.-----
- ✓ Foi aprovado o Programa PRODEP III (cuja candidatura contempla um computador por cada sala das EB1). Falta apenas a aprovação dos Softwares.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Preparação do espaço onde vai funcionar a Festa da Vinha e do Vinho.-----
- ✓ Limpeza do espaço destinado à Feira dos Santos.-----
- ✓ Continuam os arranjos Paisagísticos no Largo da Cruz.-----
- ✓ Continuam os arranjos na Zona da Ribeira.-----
- ✓ Continuação das obras do Jardim Municipal – Parque Temático.-----
- ✓ Limpeza e caiação das dependências dos furos da Fonte Freixo, depósito do Alto dos Bacelos e depósitos da Vila.-----

Seguidamente o vereador Artur entregou ao vereador Joaquim Serra, alguns dos elementos que tem vindo a solicitar, nomeadamente, relação dos gastos/mês em aluguer de máquinas.-----

O vereador Vicente Ermitão colocou a seguinte questão:-----

- ✓ Qual o ponto da situação da Iluminação do Loteamento do Forno-Orada? O vereador Artur Pombeiro respondeu que foi apresentada uma proposta da EDP e foram pedidas propostas a outras duas entidades sobre a linha que vai alimentar o PT. Aguarda-se, agora, pela apresentação das duas propostas (que terão que ser entregues até amanhã) para que se analisem todas e se decida a quem se vai entregar o trabalho.-----

O vereador Joaquim Serra voltou a pedir alguns elementos, que tem vindo a pedir há algum tempo atrás, nomeadamente:-----

- ✓ Processo que deu origem à emissão do alvará de Loteamento do Bairro 1º de Maio.-----
- ✓ Listagem do pessoal que se encontra em situação de recibo verde, quais os montantes que recebem e as funções que desempenham.-----
- ✓ Cartas de Zonamento do PDM e do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacos.-----

Em relação a este assunto, o Sr. Presidente informou que chegou a 2ª versão do PDM e vai haver comissão de acompanhamento dia 15 de Novembro. Disse que chegou apenas um exemplar e, como tal, vai facultá-lo ao vereador Joaquim Serra para ele poder consultar, pois sempre é melhor do que estarem a tirar fotocópias.-----

- ✓ Relativamente à localização que foi definida para o realojamento das famílias de etnia cigana, o vereador Joaquim Serra perguntou qual é o ponto da situação. Referiu que coloca esta questão porque ouviu dizer que existe um auto de embargo, e gostaria de saber se a Câmara tem efectivamente alguma coisa a acrescentar.-----

Sobre esta questão o Sr. Presidente informou que o Jurista que esteve a fazer a fiscalização teve um acidente grave, e o processo passou para outra pessoa, que esteve cá durante a semana passada, e foi feito um embargo à obra. O Sr. Presidente referiu que, na sua opinião, a obra não tem que ser embargada porque está concluída e não há mais nada a fazer do que aquilo que está feito, por isso a Câmara vai recorrer.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra perguntou ao Sr. Presidente quem embargou a obra e o que invocam, tendo o Sr. Presidente respondido que foi a CCDRA e que falam da questão da RAN e da REN. Entretanto o vereador Joaquim Serra pediu ao Sr. Presidente que gostaria de ver o auto

de embargo e a contestação da Câmara. Por sua vez o Sr. Presidente informou que, o auto de embargo está com a jurista da Câmara mas, logo que possível será presente numa reunião de Câmara.-----

- ✓ Perguntou se, relativamente ao espaço onde vai decorrer a Festa da Vinha e do Vinho, estão acauteladas todas as condições de segurança, nomeadamente no que diz respeito às compactações dos terrenos, à firmeza das estacas, etc.-----

O vereador Humberto Ratado respondeu que foi feita uma reunião com a empresa a quem se adjudicaram as tendas e que a mesma foi alertada para essa questão tendo sido garantido que não haverá problemas de segurança. Mesmo assim, e tendo em conta que as condições de terreno são diferentes, alertou-os também para a colocação de estacas com pelo menos 1 metro de profundidade, entrando assim em terra mais firme e garantindo mais segurança, tendo a empresa concordado com esta questão. Entretanto o Sr. Presidente acrescentou que a questão da segurança foi falada com os engenheiros que acompanharam a obra, os quais informaram que a compactação do terreno foi feita muito antes destas chuvas que têm caído ultimamente daí o terreno, por baixo, estar firme.-----

Antes de dar a reunião por encerrada o Sr. Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta que, foram aprovadas por unanimidade e, ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, composta por treze páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----